

Estudo mostra desequilíbrios na distribuição

# Pobres pagam pela água dos ricos

*Pesquisa realizada pela ONG DW mostra que, em Angola, para cada mil litros de água, a população das periferias das grandes cidades paga 20 dólares. Pela mesma quantidade de água, os cidadãos mais abastados pagam apenas 1 dólar e muitas vezes nem pagam. O Estado paga por eles, com o dinheiro do povo. Os valores «são políticos, em vez de económicos», diz o director-geral da ONG que fez o estudo*

N. Talapaxi S.

**P**arece ser uma das maiores preocupações do governo - e deveria mesmo ser - pelo alarde que se faz em torno da questão, de um lado, e do outro, pela necessidade primária que constitui o acesso ao produto - a água. Mas o resultado do estudo recentemente divulgado pela organização não-governamental internacional Development Workshop (DW) só veio praticamente confirmar de maneira mais formalizada aquilo que a população já vive e constata na prática.

Saiu desse estudo a conclusão de que os cidadãos pobres pagam aproximadamente 20 dólares por cada metro cúbico de água, ao passo que, para usufruírem da mesma quantidade do precioso líquido, os cidadãos mais ricos pagam apenas um mísero dólar. Isto é: os que ganham pouco ou quase nada, que são a maioria, pagam dois mil kwanzas (pelo actual câmbio das kinguilas) por mil litros de água. E os que ganham muito ou quase tudo pagam somente 100 kwanzas pela mesma quantidade de água.

Como grande parte dos cidadãos da faixa dos mais «balados» é constituída por pessoas ligadas ao poder e logo abaixo deles vem a faixa dos funcionários públicos privilegiados, o pacote das suas benesses não poucas vezes inclui a isenção do pagamento da conta de água, sendo isto feito pelo Estado. Mesmo quando o líquido não chega, ou vive a secar nas torneiras, os camiões-cisternas, em muitos casos, são subsidiados para encherem os tanques dos «chefes». Eis a extensão do desequilíbrio total.

O director-geral da DW, Allain Cain, citado pela revista «Economia & Mercados», na sua análise diz que se a água continuar a ser distribuída gratuitamente aos ricos não haverá fundos para o Estado recuperar os investimentos, garantir a manutenção das condutas que estão a ser instaladas, nem meios para alargar a rede às zonas ainda não beneficiadas.



Mas, parece que o juízo do Estado segue outras direcções e estabelece as prioridades de acordo com as necessidades da elite, cuja nata está enlaçada ao poder.

Um exemplo dessa observação são os critérios levados a cabo na construção das casas ditas sociais, localizadas nas periferias das grandes cidades, particularmente, citando as regiões do Zango, na Viana, e do Panguila, no Cacucaco, pontos satélites de Luanda. Segundo as autoridades responsáveis por esses locais, a pressa do governo materializar determinados projectos leva a desalojar as populações e realojá-las

nessas centralidades mesmo que as condições básicas não tenha sido garantidas. Isso inclui, claro, o acesso à água através da canalização devida e a sua distribuição.

A orientação do governo é que as infra-estruturas, como a rede de abastecimento do precioso líquido, sejam feitas gradualmente, depois de «instalar» as pessoas nas casas. Por isso, nessas regiões, a falta de água é crónica e a batalha para se conseguir «cartá-las» é heróica. São longas caminhadas com bacias, baldes e bidões «na cabeça» para «estocar» às vezes apenas 10 litros de água por dia.

A recomendação da Organiza-

ção Mundial da Saúde, segundo o dirigente da DW, é de que, por dia, em condições normais, uma pessoa consuma 60 litros e, em situações de emergência, no mínimo 20 litros, nas mais diversas actividades. Isto quer dizer que além de pouca, a quantidade de água consumida por cada cidadão entre nós, nos termos de uma vida salutar, é um atentado. «Isto não é bom para a saúde humana», diz Allain Cain.

Se para as camadas mais pobres as infra-estruturas para o acesso condigno à água podem ser feitas paulatinamente, uma vez que não se tem outra opção,

senão aceitar o destino que lhes é imposto, para as camadas mais abastecidas, o próprio governo faz questão que a coisa seja diferente. O maior exemplo desse critério segregacionista é-nos dado pelos apartamentos de classe média/alta da cidade de Kilamba Kiaki.

Há a impressão de que, neste caso, não houve pressa de se terminarem as residências da cidade do Kilamba, já que aí estão todas as condições criadas para oferecer água suficiente a quem lá for morar. Longe da realidade dos que «cartam» água todos os dias pelos «zangos» da vida, são os cidadãos de classe média e classe média alta é que vão ocupar aquelas casas. É a consumação da injustiça social promovida entre nós.

Haverá tempo de refazer qualquer mal entendido que supostamente poderá existir na leitura que se faz dessa conjuntura? O «homem-cabela» da DW é de opinião que o Estado deve permitir a entrada de operadores privados neste nicho do mercado, sem se abdicar do compromisso de subvencionar o consumo da água. «Se o valor gasto pelos pobres na aquisição da água pudesse ser recuperado pelas autoridades, daria para estender a rede até às zonas suburbanas», anota.

Há um dia de dinheiro que corre nas regiões periféricas de Luanda, cuja fonte são os pobres, e que dá um banho frio na EPAL. Um mercado avaliado em 250 milhões de dólares em cada, em todas as formas de consumo de água praticadas por esse mundo «desgraçado». Enquanto a EPAL, conforme o documento elaborado pela DW, arrecada apenas 17 milhões de dólares anuais em cobranças pelo fornecimento do serviço.

Assim, mais ou menos 233 milhões de dólares passam por baixo da ponte da informalidade. Mas longe de ser um vilão para a população, a «candonga» da água é a única saída visível no universo das necessidades dos pobres, onde o Estado, sejamos realistas, ainda não é capaz de lá chegar. Perde o Estado, sim. Mas, os cidadãos, pelo menos, não morrem de sede. ■

